

HELENA FOFA VALENTE IM
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa

PRINCÍPIOS E ESTRATÉGIAS DE VERIDICÇÃO

Antes de propor algumas reflexões, gostaria de evocar o itinerário que me conduziu a penetrar no domínio problemático da Verdade.

A concepção de uma "subjectividade linguística" (Benveniste, 1966) tem vindo a afirmar-se como uma constante teórica de muitos estudos linguístico-argumentativos. Esta realidade conduz ao objectivo descritivo de apurar as unidades linguísticas que funcionam como traços privilegiados da inscrição do sujeito no enunciado e, simultaneamente, aponta o interesse de uma análise de unidades subjectivas.

Esta será a motivação de uma comunicação que não tem a intenção explícita de descrever o jogo da Veridicção mas, mais modestamente, de conduzir uma análise em que apenas se apresentam alguns aspectos possíveis. Nesta base, a minha perspectiva será essencialmente teórica e um pouco empírica.

Pareceu-me interessante associar o problema da "Verdade no dizer" a certos aspectos do estudo do sujeito, ou seja, analisar a verdade como um comportamento discursivo de um Locutor: a Verdade como Verdicção. Encontrando-se, portanto, um certo tipo de verdade envolvido na problemática da subjectividade linguística, parece-me poder concluir que esta mesma Verdade é eminentemente subjectiva: é uma Verdade-Locutor.

A análise do problema da Verdade do enunciado coloca duas ideias que se me afiguram como uma evidência. A primeira ideia encontro-a na afirmação de Catherine Orecchioni (1977, 54) de que "todo o enunciado pressupõe a sua própria verdade", isto é, todo o enunciado pretende ser válido a partir do momento em que é enunciado.

A segunda ideia é decorrente da primeira e do facto desta verdade pretendida pelo enunciado não ser necessariamente reconhecida pelo seu receptor: um enunciado não é verdadeiro em si. Conclui-se que a verdade de um enunciado não lhe é uma propriedade inerente ou constitutiva, é uma propriedade que o enunciado adquire (quando o adquire) no decurso da sua actualização discursiva.

Partindo desta proposição inicial - "um enunciado não é verdadeiro em si" -, encaremos sucessivamente:

1. o problema do sujeito da enunciação-locutor como fonte de asserção e da verdade;
2. o problema das estratégias de credibilização, isto é, a atribuição de um valor de verdade a um enunciado.
3. o problema da verdade em si mesma, da sua consistência como tal.

1. O SUJEITO COMO FONTE DE VERIDICÇÃO

Qualquer enunciação é actualizada, explícita ou implicitamente, por um sujeito da enunciação e é por esse sujeito que ela é verdadeira. Mesmo não sendo sempre claro aquilo que é o sujeito da enunciação, parece ser certo que ele mesmo é, primeiramente, um sujeito-verdade: sujeito no dizer uma verdade, isto é, na veridicção.

Isto obriga a dizer que o sujeito, fonte de uma asserção, funciona simultaneamente como fonte de um julgamento de verdade sobre a asserção. O problema de um enunciado não é tanto de ser verdadeiro, é de se fazer passar por verdadeiro, de se fazer admitir como verdade. Para firmar isto, baseio-me em Ducrot quando afirma que "nenhum enunciado é expressão directa de uma proposição P: P não é nunca 'mostrado' nem 'dito'. É a asserção de P que é mostrada." ("L'Argumentation par autorie", p. 16).

Por conseguinte, é redutor concluir de um enunciado que asserte P, a verdade de uma proposição Q. Não se pode confundir a asserção da proposição P com a sua verdade, pois a proposição P não é verdadeira pelo facto de ser assertida. O mesmo será dizer que a asserção não pode ser considerada como uma espécie de substitutivo da verdade. Não se fará, nunca, aparecer no discurso a verdade em si de uma proposição, mas apenas as asserções de que ela pode ser objecto. A esse título, o recurso ao conceito de "Polifonia" de Ducrot é coextensivo a toda a argumentação e, muito particularmente, aos casos em que se pretende argumentar a verdade de uma proposição, casos em que se faz uma espécie de "ostentação discursiva" de um mecanismo de "raciocínio por autoridade": autoriza-se pelo facto de que se asserita "uma proposição para poder asseritar em si mesmo, isto é, para a dar como o reflexo de um estado de coisas." (Ducrot op. cit., 26). Asserta-se para se falar verdade.

Retencionável também, é a, igualmente ilustrada por Ducrot, “lei do discurso” que é a “lei da sinceridade” que enuncia que “normalmente, (...) o locutor pretende a sinceridade do seu dizer”. Mas verdade e sinceridade não se situam ao mesmo nível (1). A verdade de um enunciado é a sua adequação aos olhos de um locutor sincero. A verdade não é uma sinceridade efectiva do locutor, mas uma sinceridade que o locutor pretende através do seu enunciado. O importante não é que o mesmo sujeito-locutor seja sincero; é que pareça sincero, garantindo a verdade da sua asserção (2).

Conclusivamente, é possível defender que a figura do sujeito-locutor se encontra no centro do enunciado de que pode fundar a verdade, fazendo-se credível através de efeitos discursivos, isto é, de estratégias argumentativas de veridicção.

2. ESTRATÉGIAS DE CREDIBILIZAÇÃO: ATRIBUIÇÃO DE UM VALOR DE VERDADE A UM ENUNCIADO.

Seja qual for o sentido que se dê ao adjectivo “verdadeiro”, o problema da verdade de um enunciado é de natureza pragmática: relaciona-se tanto com o funcionamento referencial do enunciado como com as relações que o enunciado tem com os interlocutores. Resta saber se se poderá confundir a verdade de um enunciado com a sua eficácia pragmática.

Como todos os fenómenos de natureza pragmática, o problema da verdade de um enunciado tem lugar no coração do funcionamento linguístico; é uma questão argumentativa que se estrutura linguisticamente. É a análise linguística, em contexto, que permite (mesmo que com limitações) a descoberta das possibilidades da actividade discursiva que visa activar efeitos de credibilização e de atribuição de um valor de verdade a um enunciado.

Que estratégia, no tipo de discurso pretensamente veiculador de uma verdade-sujeito, asseguram a sua eficácia pragmática? Isto é, que estratégias da veridicção? Qual ou quais as estruturas de veridicção?

O juízo de verdade que o locutor expressa pode estar inscrito manifestamente sob a forma de pressuposto no item lexical ou, sob a forma de “marcadores argumentativos” (3) que, mais explicitamente, veiculam um valor de verdade. São exemplos destes últimos as locuções adverbiais “na verdade”, “de facto”, “realmente”, “efectivamente”, “na realidade”, expressões que, por comportarem no seu

semantismo a menção do seu procedimento, são "abertas" e são explicitamente de verificação.

M. Charolles (1983 - 1984) afirma, a respeito da locução adverbial "en réalité" (4), que aquele que a emprega "tem, no espírito, um critério superior de apreciação dos dados". Estas expressões fornecem ao destinatário-interpretando uma "instrução convencional" (isto é, inscrita por convenção, no seu semantismo) que o impele a uma reinterpretação. "Na realidade" ou "na verdade" marcam que o sujeito da enunciação têm acesso a um critério superior de apreciação de dados (a uma verdade) e é, como tal, um "indicador de reinterpretação" e um "indicador de tratamento semântico-cognitivo". Em enunciados começados por qualquer destas expressões, há o acesso a um nível superior de dados para, seguidamente, introduzir uma informação decorrente directamente do que já fora dito. A própria materialidade lexical de expressões como "na realidade" e "de facto" atesta a asserção de uma verdade factual, de uma verdade da ordem da realidade. "Na realidade" poderá, porém, veicular igualmente uma verdade da ordem do discurso pois corresponde a um procedimento discursivo resolutivo, é uma "fórmula resolutiva" que "revela um resultado" (Charolles). A interpretação-compreensão de um enunciado determinado por um qualquer destas expressões consiste numa explicação (5).

Existem outras categorias linguísticas construtoras discursivas da verdade. É o caso dos verbos que introduzem uma asserção encaixada (6). Catherine Orecchioni (1977, 58-60) organiza estes verbos em dois tipos:

a) "Verbos que veiculam certos pressupostos de verdade e falsidade" para o sujeito da enunciação de certos elementos assertados no enunciado encaixado; isto é, verbos que denotam "um comportamento locutório". São exemplos "reconhecer", "admitir", ...

b) "Verbos de opinião" como "pensar", "saber", "estar certo", "estar persuadido", ...

Quanto aos juízos de verdade possíveis de recaírem sobre conteúdos assertados, o sujeito-locutor pode, portanto, intervir segundo várias modalidades. Implicitamente, como nos exemplos de cima, pode avaliar sempre como verdadeiro o enunciado global ou apresentar-se como a fonte explícita da asserção e garantir, assim, a verdade/falsidade. Deste último caso, são exemplo as construções "duvido que", "na minha opinião", "do meu ponto de vista", ...

A verdade, como modalidade do discurso, inscreve-se num dispositivo diferencial que a articula com outras modalidades do discurso como o falso, o segredo, a mentira. Será, portanto, fácil concluir que "o dizer verdadeiro", além de comportar sempre a neutralização de possibilidades contrárias, não é dado tal e qual como algo discernido por uma instância externa, mas resulta de um ajustamento correcto das categorias

elementares do ser e do parecer.

Constata-se também facilmente que a palavra pode ser lugar de falsidade como pode ser lugar de verdade. Assim, reformulando a questão sobre as estratégias estruturais da veridicção, alarguemos o seu âmbito: de que maneira o Verdadeiro e o Falso habitam as nossas palavras?

Falar é diferente de ver ou mostrar, logo a palavra não conhece a evidência. Consequentemente, mais do que ser verdadeiro, o discurso só pode parecer verdadeiro. Este facto justifica a introdução no discurso de expressões de evidência que mais não são que simulacros da mesma: “é evidente”, “é claro”, “manifestamente”, “salta aos olhos”, “incontestavelmente”,... O dizer não é, no entanto, mais verdade. Mas talvez pareça mais verdade. É isto o mais que se pode fazer, uma vez que o verdadeiro e o falso não são dados como evidentes ou directamente manifestados no discurso. Pode-se, portanto, conceber uma manifestação (ou um não fazer parecer) de falso.

Estas operações contrárias podem servir-se das mesmas estratégias. Ai está o problema: aquilo que, unilateralmente, seriam estruturas de veridicção, pode também ser posto ao serviço de um programa de mentira. As categorias veridictórias podem aplicar-se umas sobre outras: o falso pode parecer verdadeiro e o verdadeiro pode parecer falso.

3. A VERDADE VERDADEIRA

Falar de “verdade” e, ainda mais, de “verdade verdadeira” é, de qualquer forma, deixar-me atravessar por uma espécie de fantasma positivista. É possível salvaguardar uma certa concepção de uma verdade objectiva? A resposta a esta questão poderá residir nas duas pressuposições formais: a verdade é subjectiva, ou seja, não há verdade em si; a verdade é aquilo que se faz passar por tal.

Falar é pretender dizer a verdade: quaisquer que sejam as estratégias veiculadoras de verdade, os juízos de valor vêm, mesmo que camuflados, nos enunciados. Isto justificaria uma teoria da verdade alicerçada na sintaxe, na semântica e na pragmática, que compreenderia como permissas:

- a) que o discurso não pára de construir e de projectar modelos de realidades, isto é, o universo referencial;
- b) que todo o enunciado se inscreve num quadro enunciativo de que se pode descrever o valor

argumentativo de verdade.

O problema reside no facto de dificilmente se poder concluir se a dimensão veridictória é exterior ao discurso ou se, pelo contrário, constitui uma parte dele pertencendo ao dispositivo significante enquanto construtor de significado. É de se colocar o problema da verdade e da falsidade apenas no quadro de toda a comunicação? Ou será melhor ter em conta, primeiramente, toda a significação?

O verdadeiro e o falso são, primeiramente, as condições ou atributos de uma transmissão de informações ou são os efeitos dessa mesma transmissão de informação? Um pouco empiricamente, parece-me que a palavra é julgada pelo seu efeito. A verdade não está antes da palavra, mas depois da palavra. No entanto, posso também admitir que existirá, para lá do simples parecer verdade construído como modalidade de dizer, uma dimensão de verdade que é, no entanto, inerente ao fenómeno da palavra.

É o carácter precário e flutuante da norma argumentativa e, mais geralmente, a fluidez que caracteriza o funcionamento semântico global das línguas naturais que dificulta a definição e o total esclarecimento desta questão.

No entanto, vamos tendo um conhecimento implícito dos mecanismos susceptíveis de produzir o efeito de verdade ou de neutralizar o efeito de mentira: fazemos questão de saber se aquilo que se diz é verdade, de persuadir da verdade do nosso dizer e passar, assim por "pessoas de palavra".

A verdade é um problema discursivo pertinente. Não é por acaso que, observando como funciona a mais quotidiana troca de palavras, constatamos a extrema frequência de expressões como "é verdade" e "não é verdade".

"Falar é, em certa medida, situar-se em relação ao valor de verdade de uma asserção" (C. Orecchioni, 1977, 90). Foi o que aconteceu nesta comunicação. Esta comunicação construiu, também ela laboriosamente, o seu parecer verdadeira ou mascarou, de forma mais ou menos feliz, o seu ser falsa.

NOTAS

(1) Mesmo se se diz, frequentemente, de um enunciado que ele é "sincero", e de uma pessoa que ela é "verdadeira".

(2) Há enunciados que escapam a esta pretensão de sinceridade: por exemplo, os enunciados irónicos em que se pretende uma inversão semântica.

(3) Apesar do valor explícito de verdade que algumas expressões marcam, é ainda com reticência que falo em “marcadores argumentativos de um valor de verdade”.

(4) “En réalité” corresponde facilmente à expressão portuguesa “na realidade” ou “na verdade”, na presente análise, ocorrida em início de frases (não se considerem ocorrências como, por exemplo, em “P mas na verdade/na realidade Q” onde a mesma locução adverbial é analisável em termos de orientação de opostos).

(5) Ducrot parece fundamentar esta ideia quando afirma poder-se “considerar o raciocínio por autoridade (e veiculador de uma verdade) como uma espécie de explicação e, assim, - acrescenta -de racionalização da autoridade polifónica”.

(6) Claro que, para um estudo exaustivo desta realidade, seria necessário observar o funcionamento de um grande número de ocorrências efectivas dos verbos.

BIBLIOGRAFIA

BENVENISTE (Émile), “De la subjectivité dans le langage”, *Problèmes de linguistique générale*, 1, Paris, Éditions Gallimard, 1966.

CHAROLLES (M) “En Réalité et en fin de compte”, *Travaux du Centre de Recherches Sémiologiques* 47 (3^e Coll. 1983), 1984.

DUCROT, (Oswald), “L’Argumentation por autonté”, *Actes du Colloque sur L’Argumentation*.

ORRECCHIONI (Catherine), “Déambulation en territoire aléthique”, *Stratégies discursives, Actes du Colloque du Centre de Recherches Linguistiques et Sémiologiques de Lyon*, 1977.